

Atitudes e Hábitos de Trabalho

março
abril

É asseado e cuidadoso

Tem boas atitudes

Frequente a escola com assiduidade

Obedece aos regulamentos

Atende às ordens dos professores

Respeita as autoridades

Coopera com os colegas



Domínio das Matérias do Programa

Linguagem

Matemática

Conhecimentos

Faltas

6

6

6

6

6

6

6

6

6

6

6

6

6

GESTÃO DEMOCRÁTICA E TRABALHO: PRINCÍPIOS EDUCATIVOS NO CURRÍCULO DA ESCOLA PÚBLICA (1989 – 1992)¹

*Ada Augusta Celestino Bezerra**

Resumo

A pesquisa avalia a experiência de construção coletiva de uma proposta curricular no ensino público, sob a ótica da gestão democrática com que foi conduzida pelo sistema municipal de ensino, considerando a assimilação/explicitação do trabalho como princípio educativo que representou seu eixo/conteúdo fundamental, também elevado à diretriz do processo. Identifica suas contribuições objetivas/subjetivas e os determinantes da sua fragilidade enquanto política pública, a partir da análise do contexto em que se desenvolveu, dos depoimentos dos seus protagonistas, dos documentos produzidos no processo e da revisão da literatura, centrada no pensamento de Marx, Gramsci e Heller. Aborda duas questões fundamentais da administração da educação: gestão democrática e trabalho como princípios educativos no currículo da escola pública.

Palavras-chave: Autonomia; Educação; Gestão Democrática; Trabalho; Princípio Educativo.

INTRODUÇÃO

Participar da construção e avaliação curriculares na rede de ensino público é um privilégio do qual tenho desfrutado na minha trajetória profissional. Dentre essas experiências, destaco, por sua amplitude, aquela vivenciada na Secretaria Municipal de Educação de Aracaju (SE), no período de 1989 a 1992, sobre a qual desenvolvi pesquisa qualitativa de 1996 a 1998².

A pesquisa teve como objetivo avaliar essa experiência de construção coletiva, sob a ótica da gestão democrática com que foi conduzida, considerando, inclusive, a questão da assimilação/explicitação do trabalho como princípio educativo que representou seu eixo, seu conteúdo fundamental, em alguns momentos também elevado à diretriz do processo. Perseguindo esse objetivo por meio do aprofundamento teórico e concomitante trabalho empírico, tentei identificar possíveis contribuições objetivas e subjetivas da experiência de Aracaju, bem como os determinantes de sua fragilidade enquanto política educacional, a partir dos depoimentos dos seus protagonistas, dos documentos produzidos no processo e da revisão da literatura.

Sua socialização requer o reconhecimento do limite implícito ao seu escopo em relação à complexidade do objeto de estudo

e da própria temática, tomados na investigação em algumas das múltiplas dimensões possíveis. Desse modo, diversos outros desafios ficaram colocados tendo em vista estudos posteriores. Foi um estudo desenvolvido em torno de uma experiência datada e localizada, que considerou os documentos produzidos no seu contexto, seu marco teórico, os depoimentos e representações de uma amostra dos seus protagonistas, em uma relação singular sujeito/objeto. Seus resultados, portanto, são apenas indicadores em termos de avaliação, ao tempo em que contribuem, de algum modo, na discussão do trabalho como princípio educativo na escola pública.

Também pretendi contribuir na produção do conhecimento sobre gestão do processo de construção curricular, reafirmar a atualidade do princípio educativo eleito enquanto concepção relacionada à escola contemporânea, destacando os problemas emergentes da tentativa de pô-lo em prática ou evocá-lo nesse momento, além de discutir a viabilidade de uma forma alternativa de gestão educacional que contemple os diversos segmentos da sociedade civil, particularmente da comunidade escolar.

Por essa via, abordei, no plano teórico-prático, duas questões fundamentais da administração da educação: gestão democrática e trabalho como princípio educativo no currículo da escola pública, considerando os desafios emergentes das novas conformações que o capitalismo vem assumindo desde a década de 70 (século XX), sobretudo no que se refere às formas de organização dos processos de trabalho e aos novos paradigmas de análise da organização escolar.

Justificaram a seleção desse objeto de estudo seu conteúdo fundamental – o trabalho como princípio educativo, inspirado na concepção de politécnica e escola unitária, de Marx³ e Gra-

* Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP – 1998); mestra em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação (IES/AE/FGV – 1988), pedagoga/administradora escolar pela Universidade Federal do Sergipe (UFS – 1971); professora titular III do curso de Pedagogia e do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (NPED/PAPGP/UNIT). E-mail: ada@sergipenet.com.br; Ada_Augusta@unit.br.

msci⁴ – e suas características enquanto processo de construção coletiva que se configurou como uma aventura democrática. Sua avaliação/socialização foi considerada relevante frente à complexidade das questões que, como experiência vivida no âmbito da educação pública, põe em evidência, no contexto da contemporaneidade, quando se cristaliza a hegemonia do pensamento neoliberal, a assimilação e o desvirtuamento neoliberais de bandeiras do movimento progressista, como as de gestão democrática e trabalho como princípio educativo, criam uma ambigüidade em torno dessas categorias, de modo que hoje até o empresário (bem informado) as defende em nome da nova qualidade reclamada da educação pública.

A experiência de Aracaju foi uma tentativa de explicitação do trabalho como princípio educativo, princípio de riqueza irrefutável, mas de difícil transformação em uma prática, principalmente nos limites do tempo de uma gestão municipal (quatro anos) e diante do desafio de trabalhar o coletivo (seja em seu sentido amplo ou restrito), além da ambigüidade já referida. Esse princípio constituiu-se no conteúdo primeiro da discussão que levou o grupo de educadores à elaboração da proposta curricular (em sua versão preliminar).

Pretendeu-se, conforme discursos oficiais e informações dos protagonistas, que a construção coletiva da proposta curricular de Aracaju se constituísse em um processo de cunho pedagógico desde o nascedouro, pois se tentou fazer com que os participantes, ao discutirem o trabalho como princípio educativo para representá-lo em proposições curriculares, apropriassem-se dessa idéia, com seu arcabouço teórico, estabelecidas as relações com a realidade. Existiram, na experiência, uma intenção e um procedimento pedagógico: buscou-se a ampla difusão e apropriação coletiva do trabalho como princípio educativo, de modo que determinados postulados que se tentou viabilizar na proposta curricular acabaram sendo postos em prática na própria experiência, elevando, de certo modo, o conteúdo à diretriz.

As referências de análise da investigação foram os documentos oficiais⁵, depoimentos e representações de uma amostra de seus protagonistas, obtidos e tratados de acordo com os procedimentos da pesquisa qualitativa, além dos dados sobre o contexto socioeconômico e político em que se desenvolveu, à luz do materialismo histórico, notadamente do pensamento de Marx, Gramsci e Heller.

De acordo com Cardoso [s.d.]⁶, a escolha do problema de pesquisa reflete a necessidade de intervenção na realidade, parte do suposto de sua historicidade e requer a adoção de uma perspectiva teórico-metodológica em função da qual se vai ao real, havendo, portanto, um certo comando teórico.

metodológico centrado em Marx, Gramsci e Heller⁷, a pesquisa ora exposta considerou a experiência de Aracaju como seu objeto de estudo, encarando-a como fruto de uma ação tipicamente humana, coletiva, desenvolvida no contexto de uma totalidade concreta e dialética. Sua premissa metodológica básica foi a de que o reescrever particular da história caracteriza-se pela produção do conhecimento novo fundado no conhecimento antigo, mesclando dados objetivos, subjetivos e teorizações na relação sujeito-objeto. Desse modo, embora haja um comando teórico, o pesquisador trabalha sempre sobre um objeto parcialmente construído, produzindo novos conceitos abstratos em cima do real concreto, reconstruindo-o com o apoio da teoria, partindo da experiência ordinária e chegando à experiência construída, à apropriação do concreto como objeto de conhecimento.

A PESQUISA E SEUS ACHADOS

Grande foi o desafio de reescrever essa experiência de Aracaju, encarada como uma proposta alternativa no campo político-pedagógico, o que requereu, necessariamente, uma análise situada no plano político-social, independentemente de

suas lacunas e fragilidades. Para tanto, foi preciso, primeiramente, disposição acadêmica para debruçar-me sobre ela, atitude de estranhamento ou distanciamento diante do conjunto de dados obtidos, além de ouvir seus protagonistas, valorizar seu saber, com eles aprender, analisar e sistematizar criticamente sua produção objetiva e subjetiva. Para reconstruí-la como objeto de estudo, tomei como ponto de partida os respectivos projeto, processo e produtos – documentos elaborados por seus protagonistas

–, depoimentos obtidos dos sujeitos integrantes da amostra mediante entrevistas gravadas e questionários, além dos relatórios referentes aos seminário e círculos de estudo realizados em função desta pesquisa.

A análise documental centrou-se no material produzido no processo de construção coletiva como *Projeto de elaboração coletiva de uma proposta curricular para a rede de ensino público e gratuito de Aracaju* (SEMED, 1991) e *Proposta curricular elaborada coletivamente para a rede de ensino público e gratuito de Aracaju – elementos de uma trajetória política e metodológica: versão preliminar* (SEMED, 1992a), bem como na *Política da educação municipal 1989-1992: documento definido no II Congresso Municipal de Educação* (SEMED/1989) e no *Relatório 1989/1992: realizações Wellington Paixão: Educação* (SEMED/1992b)⁸.

Paralelamente à análise documental e revisão da literatura, desenvolvi o trabalho empírico junto a uma amostra constituída

● ● ●

a pesquisa ora exposta considerou a experiência de Aracaju como seu objeto de estudo, encarando-a como fruto de uma ação tipicamente humana, coletiva, desenvolvida no contexto de uma totalidade concreta e dialética

por 14 sujeitos, embora tenha sido bem mais amplo o processo de consulta aos protagonistas, que se deu a partir do *III Encontro de especialistas em educação do município de Aracaju*, realizado pela SEMED em 23/04/1996, quando foram expostos temas sugeridos para estudo em um levantamento feito pela Secretaria Municipal de Educação em 1995/1996.

Desse temário, por iniciativa dos educadores dos distritos educacionais 1, 22 e 42, constava “*a promoção de discussões para o aprofundamento da proposta curricular de 1992*” (SEMED/PMA, 1996)⁹. Integraram essa amostra professores e técnicos das escolas, da Secretaria Municipal de Educação e da Universidade Federal de Sergipe (UFS), representantes dos Grupos de Trabalho (Educação Infantil, Alfabetização, Educação Física e História), inclusive um dissidente de um dos GTs (Grupos de Trabalho), da coordenação geral, lideranças docentes e discentes, consultados mediante instrumentos como entrevista e questionário, eventos coletivos como um seminário e dois círculos de estudo, o que possibilitou o mapeamento de seus limites e fragilidades, contribuições e a confirmação das hipóteses.

A percepção da relevância dos depoimentos e representações dos integrantes do grupo co-autor da proposta curricular da rede municipal de ensino de Aracaju funda-se em Heller (1992)¹⁰, que enfatiza a contribuição do pequeno grupo, considerando-o fundamental por facultar a prática da indagação, a superação da alienação e a construção da relação libertadora, constituindo-se em espaço por excelência de insurreição moral, de rebelião das sadias aspirações do homem. O grupo é, portanto, a célula da efetiva transformação social, que se dará não só no âmbito do modo de produção propriamente dito, mas, primeiramente, junto aos sujeitos históricos, concretos, com sua subjetividade e cotidianidade.

A fase crucial da investigação foi a análise dos diversos depoimentos e representações obtidos, que correspondeu ao momento de apropriação teórica

dos dados empíricos e daqueles extraídos dos documentos estudados, tendo em vista a construção parcial do objeto de estudo. O intercâmbio desse conhecimento produzido, embora tenha sido uma constante em relação a cada fase da pesquisa junto aos referidos sujeitos sociais, assumiu nova dimensão a partir da elaboração do relatório final, que tem sido progressiva e oportunamente submetido ao crivo dos protagonistas e outros interessados, tendo em vista a coerência com o princípio da não expropriação do saber de qualquer segmento, bem como o necessário confronto de saberes para construção do saber verdadeiro, este também sempre provisório, de acordo com os princípios da pesquisa qualitativa.

Considerando que o currículo é essencialmente contextualizado, a pesquisa discutiu o panorama político-econômico do período 1989-1992. A história de Aracaju no quadriênio da experiência também refletiu a crise dos anos 80 (século XX), quando o quadro nacional era marcado pela questão fiscal, que representava o centro da crise econômica e social interagindo com a tendência hiperinflacionária e a crescente concentração de renda. O Governo Collor posicionou o funcionalismo público como o grande vilão, responsável pelas mazelas do país, no seio do qual eram procurados os marajás. As medidas administrativas recomendadas como saneadoras eram o enxugamento da folha de pagamento, com a redução tanto da quantidade de funcionários quanto dos seus salários. Tratava-se de uma política de corte linear de despesas, de redução dos gastos sociais e do poder de compra dos salários dos trabalhadores, sempre corrigidos abaixo da inflação, com danosas conseqüências nos cofres públicos municipais e nas relações do executivo com os sindicatos docente e do pessoal técnico-administrativo.

A coincidência do período em que se desenvolveu a experiência de Aracaju (1989 – 1992) com a implantação da nova Constituição Federal a fez conviver com um contexto de explicitação e elevação das demandas sociais diante de um quadro de agravamento da crise econômica, de acentuação das carências. Vivia-se a opção do Governo Collor pela política recessiva no combate à inflação. Elevava-se o desemprego, precarizavam-se as relações de trabalho e os salários permaneciam corroídos. O bloqueio dos cruzados novos teve efeitos catastróficos sobre as administrações nos diversos âmbitos do poder público. Estava em curso uma agenda neoliberal que subordinava o gasto social ao ajuste das contas públicas, sedimentando a lógica privatizante e do Estado mínimo.

Na conjuntura local, pode-se afirmar que a experiência de Aracaju representou uma alternativa concreta de enfrentamento dessa crise, aprofundando a democracia, buscando sua ampliação e concretude para o conceito de cidadania. Foi um processo que adquiriu uma dinâmica política própria, mas não estava alheio ao estado de emergência econômica que marcava o país, quando se sucediam os efeitos dos planos de estabilização econômica, desde o Plano Cruzado (1986) e o Plano Bresser (1987), agravados pelo Plano Verão (1989) e pelo Plano Collor (1990), cuja culminância deu-se com o *impeachment* desse último, com nova efervescência social e política.



Uma das hipóteses orientadoras da investigação afirmou que a construção curricular de Aracaju foi uma experiência de gestão democrática pelo fato de ter sido um processo coletivo de tomada/execução/avaliação de decisões, aberto à participação de diversos segmentos da sociedade civil e calcado na autonomia dos protagonistas, que alcançou seu objetivo. A outra hipótese asseverou que seu maior mérito residiu no processo vivenciado pelos sujeitos, que lhes teria assegurado um crescimento no plano pessoal e profissional, pela via da convivência dialética da cotidianidade com a genericidade.

O estudo partiu de uma preliminar que se opõe ao espontaneísmo, considerando absolutamente necessária a organização da proposta político-pedagógica da escola pública, cujo instrumento primeiro é o currículo e seu eixo o trabalho, tendo em vista contemplar os interesses dos trabalhadores, na perspectiva de combate à ideologia hegemônica, superação da condição de classe e a construção/consolidação de uma nova alternativa de relações de produção. Foi nesse panorama que se entendeu o trabalho e a educação como práticas sociais amplas, voltadas para a produção da existência e formação do homem, que se interpenetram e interagem com as demais esferas educativas da contemporaneidade, sem perder suas especificidades.

Também foi tomada como assentada a atualidade do trabalho como princípio educativo, concebido tanto em sua positividade de trabalho humano em geral quanto em sua dimensão degradante nesta sociedade capitalista, com seus novos paradigmas produtivos e formas atuais de organização, justamente por inspirar a escola na crítica ao trabalho nas sociedades de classes e construção de uma contra-hegemonia a partir da assimilação de parâmetros tecnológicos, patamar para novos avanços na direção da cidadania plena.

Ainda esteve a investigação apoiada no pressuposto da indissociabilidade forma/conteúdo, daí porque seus resultados apontam para a caracterização da forma de condução da experiência de Aracaju como gestão efetivamente democrática quando reconhece que seu objetivo foi alcançado, ao menos em determinado nível considerado aceitável. Esse objetivo esteve norteado pelo conteúdo fundamental das discussões curriculares em exame, ou seja, o trabalho como princípio educativo, que foi assumido, apreendido e explicitado, certamente que com a amplitude possível, no conjunto da experiência de Aracaju, evidenciando-se nas produções e manifestações avaliativas dos protagonistas sobre a proposta curricular e, até, como diretriz nas relações que se deram no âmbito do próprio projeto. A premissa aqui é, portanto, que a gestão de um empreendimento só é substantivamente democrática se o mesmo é conduzido de forma crítica, coletiva e organizada ao alcance dos seus objetivos. A gestão democrática é assim concebida não como um fim em si mesma, mas como um meio para o alcance de fins, também essencialmente democráticos.

Todo percurso teórico-metodológico da investigação voltou-se para a identificação do grau de gestão democrática com que se deu a construção coletiva da proposta curricular de Aracaju, em sua versão preliminar¹¹, buscando identificar a assimilação e explicitação do trabalho como princípio educativo, consideradas

as novas conformações do trabalho na contemporaneidade, no contexto mundial, nacional e local, decorrentes do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e da conjuntura política e econômica. Em outras palavras, as questões cruciais que acompanharam o estudo foram relativas à propriedade do trabalho como um dos princípios educativos da escola pública na contemporaneidade e à metodologia mais adequada para sua explicitação nos diversos componentes curriculares.

É pertinente destacar que, em Sergipe, cuja capital foi o *locus* da citada experiência, o trabalho permanece uma categoria central, registrando-se um crescimento do número de empregos notadamente no setor de serviços e comércio, conforme tendência mundial, cujas demandas já se referem aos atributos qualitacionais emergentes na contemporaneidade, como domínio da informática, do inglês e das informações, ao lado de habilidades como criatividade, discernimento e sociabilidade, embora o maior percentual de sua mão-de-obra ocupada ainda seja não ou semi-especializada. Por outro lado, o estado é palco, também, de progressiva desagregação das unidades produtivas familiares, elevação da concentração de terra e do êxodo rural, e, ainda, do crescimento das formas precárias de contrato de trabalho, o que se expressa na realidade de que mais da metade dos assalariados não tem carteira assinada. A situação mais grave reside no setor agrícola do estado, no qual a maioria dos ocupados produz para o consumo familiar, seu e de outros, portanto, sem remuneração.

Com a revisão teórica e o trabalho empírico, principalmente a discussão teórico-prática da produção dos Grupos de Trabalho – que constituíram a base metodológica da experiência de Aracaju (GTs) – e das informações prestadas pelos sujeitos da pesquisa sobre a vivência do processo de construção curricular, veio à baila uma heterogeneidade de representações não tão dispersa, com predominância da perspectiva transformadora

• • •

*a construção curricular de Aracaju
foi uma experiência de gestão
democrática pelo fato de ter sido
um processo coletivo de tomada/
execução/avaliação de decisões,
aberto à participação de diversos
segmentos da sociedade civil e calcado
na autonomia dos protagonistas, que
alcançou seu objetivo.*



o currículo foi e será sempre uma obra inacabada, que se atualiza permanentemente, sobretudo pela mediação do trabalho como princípio educativo

em relação à reprodutora. As representações foram entendidas na pesquisa como as formas particulares com que os sujeitos assimilam, interpretam e constroem subjetivamente a realidade objetiva das relações sociais, resultantes do seu confronto individual com o meio, notadamente as determinações materiais e ideológicas, reveladoras de sua postura de classe, explicitadas também na proposta curricular.

A constatação maior que a investigação assegurou foi a elucidação do ponto nevrálgico da experiência, considerado decisivo até como indicativo de ter sido a mesma conduzida na forma de gestão democrática: o grupo apreendeu e representou, em sua produção, o trabalho como princípio educativo, embora em uma formalização híbrida entre a concepção ontológica e a concepção do trabalho encarado sob relações capitalistas. O fato de inúmeras dificuldades terem sido apontadas e de algumas declarações afirmarem a apreensão, mas negarem sua explicitação na proposta curricular, pode ser atribuído ao sistema ideológico hegemônico que difunde e sedimenta visões mistificadoras da educação, da ciência e do trabalho, inclusive no seio da categoria dos educadores.

Assim, esse comportamento pode ser resultado da própria formação do educador e do modo como se dá sua inserção social, perpassadas pela ideologia dominante, além da influência do próprio meio social. Acredita-se, portanto, que as dificuldades e os limites em relação à concepção, representação e explicitação do trabalho como princípio educativo podem ter estado menos adstritas ao domínio da teoria marxista do que à necessidade de uma sólida formação no sentido crítico e da militância político-pedagógica do educador.

Nesse sentido, é possível falar também da responsabilidade de alguns estudiosos e pesquisadores da área de Educação, também de certos militantes sindicais, que falam do materialismo histórico como dogma, contribuindo para mantê-lo no domínio de poucos. Na verdade, é no dinamismo da própria realidade que se encontram as categorias complexas, as quais, mediante o próprio trabalho e outras formas de conhecimento, vão-se explicitando. Sem negar a importância do acesso às informações, do domínio do saber acumulado historicamente e da associação prática/teoria, pode-se afirmar que o trabalhador, primeiramente por sua militância, acaba formulando esses conceitos da economia política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, é possível inferir que o verdadeiro conteúdo do trabalho como princípio educativo já se vinha explicitando na prática progressista que se instalou, progressiva e não linearmente, na educação municipal de Aracaju, desde o ano de 1986. A convicção da natureza alienante do trabalho capitalista esteve presente durante a experiência, sobremaneira nas denúncias docentes das suas condições de trabalho e reivindicações de uma escola pública de qualidade voltada para os interesses dos trabalhadores.

Os professores demonstraram que compreendem sua situação de submetidos à exploração do próprio Estado, lutando para

que ele não viole seus direitos, estabelecendo-se, nesse contexto, laços de solidariedade na categoria, que se fortaleceu também no contexto da própria experiência de currículo, não obstante certo distanciamento do respectivo sindicato, que considerou a referida proposta contraditória naquela conjuntura. A categoria docente cresceu e fortaleceu-se na experiência de Aracaju, *por dentro e por fora*, para usar as palavras de ordem do sindicato docente, inclusive com a consciência de que o pressuposto de uma efetiva luta contra o arrocho salarial é um programa claro e definido de combate à política econômica do regime. Vale lembrar que, no período de quatro anos de gestão, praticamente o mesmo tempo de construção coletiva, a rede pública de ensino municipal de Aracaju foi palco de sete greves do magistério, tal o recrudescimento dos conflitos nas relações sindicato docente/executivo municipal.

A investigação elucidou que o projeto de construção curricular representou também um espaço de resistência, no qual o magistério disse *não* ao seu papel subalterno na hegemonia da ideologia da classe dominante, que privilegia a acumulação, exploração, centralização e legitimação do próprio modo de produção capitalista, somando-se, em certa medida, aos representantes de outros segmentos da sociedade civil. Sua resistência configurou-se, na experiência de Aracaju, como ativa desde que buscou superar o controle da distribuição do saber social acumulado pela definição de um instrumento político-pedagógico (proposta curricular) voltado para a ampla democratização desse conhecimento junto às camadas populares.

O caminho conflituoso percorrido pela experiência de Aracaju, desde seu nascimento até o momento de sistematização e difusão da produção dos GTs, parcialmente retratado na tese, pareceu ter sido todo ele pedagógico e típico de uma gestão que se propõe democrática. Seu caráter inovador, se por um lado trouxe a insegurança epistemológica, por outro trouxe a certeza de que o currículo foi e será sempre uma obra inacabada, que se atualiza permanentemente, sobretudo pela mediação do trabalho como princípio educativo; obra inacabada não por ter parado na versão preliminar, mas por se tratar de um instrumento aberto de modo permanente às determinações concretas. Todos os



integrantes da amostra de protagonistas da experiência reconheceram o mérito desse projeto de construção curricular, sua procedência e sua contradição em relação ao contexto que a gerou e implementou, ficando patente que foi seu caráter democrático que lhe assegurou a permanência por toda uma gestão, em meio ao caos político, econômico e financeiro que assinalava o país e a prefeitura de Aracaju, em particular, dura realidade concreta em que a mesma se desenrolou.

Constatei ainda que os demais segmentos da obra educativa, não incluídos na categoria docente (estudantes municipais, seus pais e lideranças comunitárias, em geral excluídos das decisões educacionais, sobre o destino da escola pública) assumiram, em certa medida, a condição de também protagonistas nesse processo. Entretanto, a prática no âmbito da educação municipal, apesar de afirmada pelos protagonistas como progressista, ainda convivía com estigmas e discriminações que cercearam concretamente a participação desses segmentos, o que pode ser observado nas práticas e atitudes excludentes flagradas e denunciadas nos depoimentos dos sujeitos. Essa realidade relativizou os avanços democráticos e a natureza da proposta que se pretendia voltada para as camadas populares e orientada pela politécnica, de modo que a experiência, nesse sentido, apenas apontou caminhos para uma parceria entre Estado e sociedade civil com vistas à definição/acompanhamento de políticas públicas (aspecto que parece ter representado a maior fragilidade da experiência de Aracaju).

Não se pode renunciar, num projeto como o da construção coletiva da proposta curricular, da participação dos segmentos discente, dos pais de alunos e comunitários, representantes da voz do trabalhador, salvo na palavra de ordem do contexto neoliberal: flexibilização. Não se pode flexibilizar tal participação em uma proposta de cunho politécnico. Essa é a alternativa para transformação da escola, mais que reduzi-la à gestão democrática e a currículo. A gestão do currículo tem que estar pautada na interlocução e na luta por direitos, com a participação dos diversos segmentos, calcada na conjuntura conhecida e discutida no âmbito escolar. Assim, dentre as fragilidades da experiência de Aracaju esteve também a insuficiente participação das entidades

democráticas e populares. Mesmo admitindo-se a debilidade organizativa da sociedade civil do estado de Sergipe naquele momento, insiste-se que tal interação é salutar por estabelecer um relacionamento consistente entre a escola e a sociedade civil, o diálogo entre educadores e as práticas, também pedagógicas, dos movimentos sociais.

(RE)CONSTRUINDO O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Na rede complexa de relações e conflitos constatada, busquei elementos que contribuíssem para compreensão da medida em que o trabalho pode ser dito um princípio educativo, em cima de uma historicidade, da luta por ampliação do espaço para uma nova hegemonia e da defesa concreta de uma escola pública de qualidade. Claro está que se tratou de uma procura de rumos alternativos para a situação educacional e que a natureza das mudanças estruturais que devem ocorrer é objeto de decisão da própria sociedade como um todo, na sua luta pela democratização e construção do projeto social, político e econômico do interesse da população. A socialização/ampliação crítica do saber redundará na preparação de caminhos para tal fim. Essa perspectiva está presente nas considerações finais do estudo, com destaque para as seguintes, na direção da elucidação do conceito do trabalho como princípio educativo da escola pública:

- a) a convivência na experiência de Aracaju de concepções diferentes de trabalho, uma presa ao seu sentido ontológico e outra configurando-o no contexto das condições capitalistas, introduziu uma dimensão utópica de trabalho e politécnica que pode iluminar as análises do trabalho nas concretas relações do modo de produção na contemporaneidade;
- b) o trabalho como princípio educativo é o reconhecimento de que o homem, ao produzir sua existência, mesmo sob condições capitalistas, entra em contato com expressões parciais do saber acumulado, gerando novos saberes no plano subjetivo, tendencialmente fragmentados. Pelas diversas instâncias formadoras do homem, especialmente pela via da educação escolar, podem entrelaçar-se tais saberes num

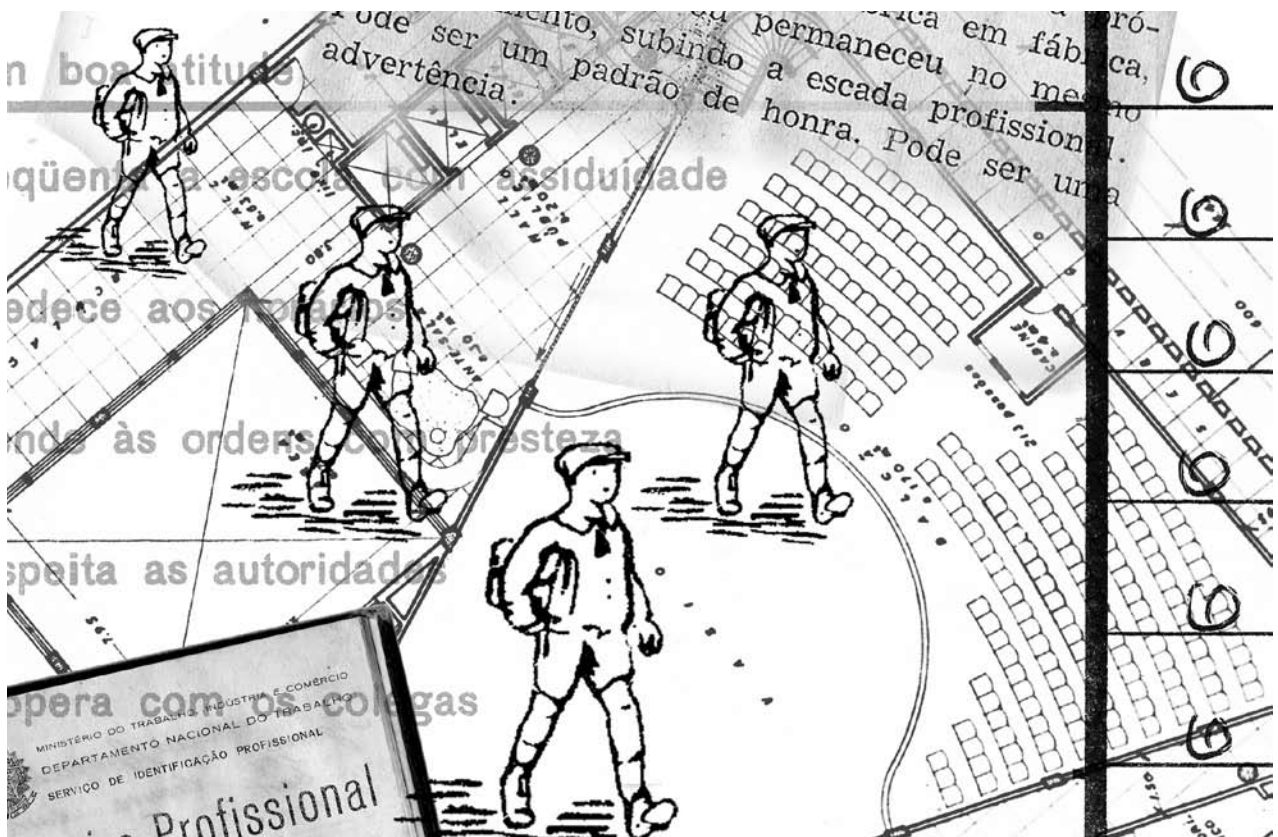
A gestão do currículo tem que estar pautada na interlocução e na luta por direitos, com a participação dos diversos segmentos, calcada na conjuntura conhecida e discutida no âmbito escolar.

conhecimento mais amplo e voltar-se para a transformação das próprias relações que assinalam o modo de produção da existência. Assim, o ponto de partida do trabalhador, em cuja formação é tomado seu trabalho como princípio educativo, reside nos espaços educativos exteriores ao trabalho que lhe facultarão o distanciamento necessário à compreensão da intrínseca relação entre a luta pela felicidade pessoal e pelas transformações estruturais;

- c) o trabalho é uma atividade genérica que, pelo grau de socialização embutido na própria produção, solicita crescentemente do trabalhador o desenvolvimento de um projeto consciente e uma vontade política determinada, também bases da ação transformadora. Daí pode ser dito um princípio educativo, mesmo no contexto capitalista, por representar a síntese histórica do desenvolvimento das forças produtivas e das contradições sociais presentes nas condições concretas de produção, de modo que, quando tomado como objeto de crítica, desvela as relações sociais de exploração. Desse modo, o trabalho como princípio educativo é, antes de tudo, uma concepção de educação segundo a qual o trabalho sob condições capitalistas é tomado como objeto de crítica (com seus paradigmas de produção e organização) e o avanço das forças produtivas encarado na perspectiva do verdadeiro progresso do homem. Ele inspira a escola por seus meios de produção, pelos processos de trabalho e por suas contradições;
- d) o trabalho como princípio educativo pode ser dito também como uma tendência educativa que se explicita na medida da

evolução da consciência de educadores e educandos quanto à natureza do próprio trabalho pedagógico escolar, com ênfase na vontade política quanto a um projeto de sociedade e a urna proposta alternativa de relações de produção, requerendo a consciência do trabalho educacional em suas intrínsecas relações com a estrutura econômico-social capitalista por parte dos organizadores do processo pedagógico escolar;

- e) assim, o trabalho como princípio educativo é, praticamente, uma norma geral de conduta político-pedagógica, que se reconstrói continuamente nas relações de parceria entre os agentes da obra educativa, capaz de regular, democraticamente, o direito do trabalhador a uma educação de qualidade. Ele integra uma concepção de mundo que impõe a participação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada e concebe o trabalhador como o acionador, construtor e avaliador dessa escola unitária;
- f) no currículo, o trabalho como princípio educativo explicita-se na postura dos seus agentes e na garantia da socialização dos avanços científicos e tecnológicos nos diversos campos do saber, assegurando aos educandos a introdução nessas ferramentas dos diversos ramos do trabalho e sua inserção na luta pela contrahegemonia. Desse modo, faz-se presente nos fundamentos teórico-práticos dos diferentes componentes curriculares e no posicionamento político-pedagógico do professor (na relação professor/aluno/conhecimento) e na sua prática social mais ampla. Implica a revisão de objetivos/conteúdos/estratégias para dar conta da amplitude tecnológica enquanto fenômeno social, teórico e prático. Assim, o



trabalho que produz conhecimento, ele próprio, inspira sua articulação e sistematização na formação do cidadão;

- g) o trabalho como princípio educativo jamais se explicitará em sua plenitude no espaço da sala de aula, transcendendo-lhe pelo próprio currículo e alcançando os movimentos docente, discente, atividades complementares de cultura, esporte e lazer, dentre outras, além dos próprios movimentos sociais. Ele alcança as demais relações socioculturais, numa construção contínua e evolutiva, estando presente na própria existência social em que se produz, no bojo de um projeto hegemônico;
- h) o trabalho como princípio educativo é, pois, a unidade prática/teoria, a associação no homem das esferas da necessidade com a liberdade de modo a produzir um novo saber que lhe permita participar ativamente da reorganização da sociedade visando à socialização dos meios de produção, a superação da apropriação privada da produção e da vigente divisão do trabalho, encaminhando o processo produtivo à coletividade.

Nessa tentativa de contribuir para a problematização e clarificação do fazer pedagógico daqueles que foram protagonistas da experiência de Aracaju e dos responsáveis pela educação municipal, indico como o maior dos limites da experiência de Aracaju o fato de o Estado, em sua instância municipal – que foi capaz de engendrar uma experiência desse teor – não ter assegurado condições de trabalho às escolas, aos professores e alunos compatíveis com a natureza da proposta, pré-requisitos de substantivos avanços político-pedagógicos. Trata-se de indicativo de contradições mal administradas e de insuficiente vontade política por parte dos responsáveis pelos diversos órgãos do aparato estatal para dar à Educação a prioridade merecida em um governo democrático. É evidente que, sem salário justo para



*o trabalho como princípio educativo
jamais se explicitará em sua
plenitude no espaço da sala de aula,
transcendendo-lhe pelo próprio
currículo e alcançando os movimentos
docente, discente, atividades
complementares de cultura, esporte
e lazer, dentre outras, além dos
próprios movimentos sociais.*

*É evidente que, sem salário
justo para os professores e sem
saneamento das deficiências nas
escolas, nenhuma experiência
transformadora se concretiza.*

os professores e sem saneamento das deficiências nas escolas, nenhuma experiência transformadora se concretiza. Como lacuna técnica, evidenciou-se a carência de aprofundamento maior e concreto da questão do trabalho em Sergipe, especialmente na capital, com suas especificidades, o que talvez tenha contribuído para situá-la, predominantemente, no plano teórico.

A análise dessa experiência de Aracaju confirmou, em síntese, o caráter político da construção curricular na rede pública de ensino, com sua complexidade e exigência de posições claras por parte de gestores e educadores, apontando para a premência do desenvolvimento do caminho metodológico inverso pelos órgãos competentes da educação municipal, com a paciência pedagógica e histórica diante do fator tempo: partir diretamente das escolas com a construção curricular para daí compatibilizar a proposta da rede e, sem dúvida, garantir-lhe consolidação e continuidade, independente das rupturas que assinalam a educação pública a cada quatro anos. O caminho político-pedagógico percorrido não foi em vão, podendo, inclusive, aquela versão preliminar de proposta curricular ser socializada amplamente nas escolas e, daí, alterada a metodologia, o que implica continuidade, vontade política e compromisso dos administradores e dos próprios protagonistas da rede municipal de ensino.

NOTAS

- 1 BEZERRA, Ada Augusta Celestino. **Gestão democrática da construção de uma proposta curricular no ensino público**: a experiência de Aracaju. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, 1998.
- 2 SERGIPE. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Aracaju. **Política da educação municipal-1989-1992**. Aracaju: 1989. Documento definido no II Congresso Municipal de Educação; SEMINÁRIO A ESCOLA MUNICIPAL. BUSCA SUA IDENTIDADE NA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE, Aracaju. **Documento conclusivo**. Aracaju: DENSI, 1991a.; ENCONTRO DE ESPECIALISTAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARACAJU, 1, Aracaju: **Documento síntese**. Aracaju: DENSI, 1991b; SERGIPE. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Aracaju. **Proposta de sistematização do programa de horas de estudo**. (versão preliminar). Aracaju: DENSI, 1991c; **Id. Projeto de elaboração coletiva de uma proposta curricular para a rede de ensino público e gratuito do município de Aracaju**. Aracaju: DENSI, 1991d; **Id. Proposta curricular elaborada coletivamente**

para a rede de ensino público e gratuito de Aracaju: elementos de uma trajetória política e metodológica (versão preliminar). Aracaju: DENSI, 1992a; **Id. Relatório 1989/1992:** realizações Wellington Paixão. Aracaju: 1992b.

- ³ MARX, Karl. **Capítulo inédito d'ó capital:** resultados de produção imediato. Trad. M. Antonio Ribeiro. Porto: Escorpião, 1975 (Biblioteca Ciência e Sociedade, 12); **Id. O capital:** crítica da economia política. 7 ed. São Paulo: DIFEL, 1982. Livro 1, v. 1; **Id. Contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- ⁴ GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 4. ed Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ⁵ SERGIPE. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Aracaju. (SEMED/PMA) (1991a) **op. cit.**; ENCONTRO DE ESPECIALISTAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ARACAJU, I, (1991b) **op. cit.**; SERGIPE. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Aracaju. (SEMED/PMA) (1991c) **op. cit.**; **Id. Documento preliminar da pesquisa sobre o papel do pedagogo na escola pública municipal de Aracaju:** resgatando o especificamente pedagógico. Aracaju: SEMED, 1996.
- ⁶ CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Para o conhecimento dos objetos históricos:** algumas questões metodológicas. Rio de Janeiro: 1976. Apostila; **Id.** Indicações sobre la construcción de categorías en un análisis teórico de la ideología. In: _____. **La construcción del conocimiento.** México: Era. [s. d.].
- ⁷ MARX, Karl. (1975) **op. cit.**, 12); **Id.** (1982) **op. cit.**; **Id.** (1983) **op. cit.** GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história.** 4. ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978; HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ⁸ SERGIPE. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Aracaju. (1991d) **op. cit.**; **Id.** (1992a) **op. cit.**; **Id.** (1989) **op. cit.**; **Id.** (1992b) **op. cit.**
- ⁹ SERGIPE. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Aracaju. (1996) **op. cit.**
- ¹⁰ HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- ¹¹ SERGIPE. Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Aracaju. (1992a) **op. cit.**

ABSTRACT

Ada Augusta Celestino Bezerra. *Democratic management and work: educational principles in public school curriculum (1989-1992).*

This research evaluates the experience of collectively constructing a curriculum proposal for public schools. This was carried out from the perspective of democratic management as conducted by the municipal school system, taking into account the assimilation/ clear expression of the work as an educational principle representing its fundamental focus/ content, as well as being a guideline for the process. This article identifies its objective/ subjective contributions and the factors that determine its fragility as public policy, based on an analysis of the context in which it was developed, testimonies from protagonists, documents produced in the process, and literature review, focusing on the thinking of Marx, Gramsci, and Heller. It deals with two fundamental issues for education management: democratic management and work, as educational principles in public school curriculum.

Keywords: *Autonomy; Education; Democratic management; Work; Educational principle.*

RESUMEN

Ada Augusta Celestino Bezerra. *Gestión democrática y trabajo: principios educativos en el currículum de la escuela pública.*

Esta investigación evalúa la experiencia de construcción colectiva de una propuesta curricular para la enseñanza pública, desde la perspectiva de gestión democrática con la que fue conducida por el sistema municipal de enseñanza, que considera la asimilación/ explicitación del trabajo como un principio educativo que constituye su eje o contenido fundamental, también elevado a condición de directriz del proceso. Identifica sus contribuciones objetivas/ subjetivas y los determinantes de su fragilidad en términos de política pública, a partir del análisis del contexto en el que se desarrolla, de los testimonios de sus protagonistas, de los documentos producidos en el proceso y de la revisión de la literatura centrada en el pensamiento de Marx, Gramsci y Heller. Aborda dos cuestiones fundamentales en la administración de la educación: gestión democrática y trabajo como principios educativos en la planificación curricular de la escuela pública.

Palabras clave: *Autonomía; Educación; Gestión Democrática; Trabajo; Principio Educativo.*